

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

Capítulo 2

COOPERAÇÃO ESTATAL E CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA	25
2.1 Fundamentos da cooperação estatal	29
2.1.1 Moralidade, boa-fé administrativa e proteção da confiança.....	29
2.1.2 Interesse público	37
2.1.2.1 O mito da supremacia do interesse público.....	37
2.1.2.2 O equívoco da classificação do interesse público em primário e secundário.....	43
2.1.2.3 O conteúdo do interesse público	47
2.2 O modelo cooperativo de processo como modelo de atuação estatal	48
2.2.1 Críticas à teoria do processo como relação jurídica e ao instrumentalismo	49
2.2.2 Cooperação: direito e dever de todos que participam do processo.	56
2.2.3 O modelo cooperativo no direito comparado.....	65
2.2.4 As balizas do neoprocessualismo para a atuação estatal dentro e fora do processo	69
2.3 Fazenda Pública como o maior <i>repeat player</i> da justiça brasileira: causas ..	70
2.3.1 Rol de atribuições constitucionais do Estado	72
2.3.2 Ativismo judicial.....	74
2.3.3 Ausência de cooperação estatal	82

Capítulo 3

ADVOCACIA PÚBLICA E COOPERAÇÃO	89
3.1 Conceito de Advocacia Pública.....	89

3.2	Advocacia Pública no direito comparado: o modelo italiano de Advocacia Pública (<i>Avvocatura dello Stato</i>)	91
3.3	Advocacia Pública como instituição extrapoder	95
3.4	Exposição institucional e necessidade de tratamento isonômico entre as funções essenciais à justiça.....	99
3.5	Prerrogativas institucionais indispensáveis à atuação cooperativa do advogado público e correção da exposição institucional	100
3.5.1	Autonomia funcional ou técnica	101
3.5.2	Escolha do chefe da instituição pelo chefe do Executivo entre membros da carreira e necessidade de aprovação pelo Legislativo.....	106
3.5.3	Exclusividade da função por advogados públicos de carreira.....	108

Capítulo 4

	PRERROGATIVAS PROCESSUAIS E COOPERAÇÃO ESTATAL	117
4.1	(I)legitimidade das prerrogativas processuais.....	118
4.2	Principais e mais polêmicas prerrogativas.....	120
4.2.1	Dobra de prazo.....	120
4.2.2	Intimação pessoal	123
4.2.3	Pagamento das dívidas judiciais por precatório	127
4.2.4	Percentuais diferenciados de honorários sucumbenciais	128
4.2.5	Remessa necessária	134
4.2.5.1	Natureza jurídica.....	134
4.2.5.2	Fundamento de legitimidade.....	140
4.2.5.3	Alcance da norma contida no art. 496, § 4º, IV, do CPC/15.....	143
4.2.5.4	Remessa necessária nas decisões parciais de mérito.....	145
4.2.5.5	Remessa necessária na tutela antecipada antecedente	147

Capítulo 5

	NOVAS PRÁTICAS COOPERATIVAS DO PODER PÚBLICO.....	151
5.1	Câmaras administrativas de mediação e conciliação	151
5.1.1	Transação por adesão	158

5.1.2	Resolução de controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público da Administração Federal	161
5.2	Negócios processuais	162
5.2.1	Negócios processuais sobre prerrogativas da Advocacia Pública e da Fazenda Pública	171
5.2.1.1	Negócio sobre prazo diferenciado.....	173
5.2.1.2	Negócio sobre intimação pessoal	173
5.2.1.3	Negócio sobre sistemática de pagamento das dívidas judiciais por precatório	174
5.2.1.4	Negócio sobre dispensa de preparo e depósito na ação rescisória.....	176
5.2.1.5	Negócio sobre juízo privativo da Fazenda Pública	176
5.2.1.6	Negócio sobre percentual diferenciado de honorários nas condenações do ente público	177
5.2.1.7	Negócio sobre remessa necessária	178
5.3	Precedentes judiciais vinculantes e Administração Pública.....	182
5.3.1	Fundamentos da vinculação da Administração Pública	187
5.3.2	Não vinculação imediata: análise da situação jurídico-processual	192
5.3.2.1	Precedentes obrigatórios produzidos em incidente de resolução de demandas repetitivas e em incidente de assunção de competência	194
5.3.2.2	Precedentes obrigatórios produzidos no julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos	197
5.3.2.3	Súmulas do STF em matéria constitucional e do STJ em matéria infraconstitucional.....	198
5.3.2.4	Orientação do plenário ou do órgão especial a que vinculados os juízos ou tribunais	199
5.3.3	Desnecessidade de lei autorizativa da adoção administrativa do precedente vinculante.....	200

Capítulo 6

CONCLUSÕES.....	203
REFERÊNCIAS	217